

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA



SENADO FEDERAL • SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

OUTUBRO A DEZEMBRO 1985

ANO 22 • NÚMERO 88

A consolidação da burguesia rural no Distrito Federal: aspectos ideológicos

VILMA FIGUEIREDO

MA, PhD em Sociologia com pós-doutorado em Sociologia Política. Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da UnB

BRANCOLINA FERREIRA

MA em Sociologia. Técnico em Planejamento e Pesquisa do CNRH/IPEA

CAETANO ERNESTO PEREIRA DE ARAÚJO

MA em Sociologia. Assessor Legislativo do Senado Federal

RESUMO

Análise de percepções de agricultores, arrendatários do governo, atraídos para o DF por um Plano de Assentamento Dirigido. A maneira como esses agricultores se auto-identificam configura uma visão burguesa do mundo. Os elementos dessa visão são construídos a partir da análise da correspondência entre autovisão e realidade, da percepção que o grupo expressa da força de trabalho que utiliza, da percepção e expectativas que tem do Estado e, finalmente, da percepção que tem do grande capital.

Introdução

O PAD/DF (Plano de Assentamento Dirigido do Distrito Federal) foi criado em 1976 com a finalidade de promover a ocupação produtiva de terras na zona rural do Distrito Federal, no sentido da formação e consolidação de um grupo de produtores rurais com características e práticas agrícolas nitidamente conformadas por um padrão idealizado de empresário rural. Difere fundamentalmente dos planos (e práticas) anteriores de ocupação de terras no DF na medida em que, pela primeira vez, privilegiou como critério de seleção dos arrendatários a chamada "capacidade empresarial", o que, em última instância, nada mais é do que contemplar com o acesso à terra os pretendentes que comprovem a disponibilidade de um *quantum* de capital e de um plano de aplicação no desenvolvimento dos lotes a serem recebidos. Ademais, a par da introdução deliberada de capital na promoção das atividades agrícolas regionais, deixa de tomar como critério relevante na seleção de sua clientela a obrigatoriedade de experiência anterior em atividades agrícolas: mais vale a presença do "espírito de empresário empreendedor", o que significa aferir os montantes de recursos de capital a serem transferidos para o Distrito Federal para aplicação orientada por um plano de ocupação produtiva da terra.

A situação do Distrito Federal é bastante peculiar, dado que suas terras constituem um patrimônio público apenas acessível através de contratos de arrendamento. Até recentemente, a designação dos arrendatários pautava-se, sobretudo, por critérios pessoais em detrimento de procedimentos que levassem em conta aspectos sociais e econômicos. O Plano de Assentamento Dirigido — PAD/DF — impôs-se como uma necessidade para tornar as terras, quase sempre ociosas, nas áreas do entorno de Brasília, produtivas e, mais que isso, que de imediato se viabilizasse a disseminação de empresas rurais de médio porte, com elevados níveis de eficiência (e produtividade). Descartou-se, portanto, a intenção, que tradicionalmente vem expressa em planos governamentais de colonização oficial, de promoção de acesso à terra a agricultores pobres.

Como decorrência desse plano, durante a segunda metade de 1977 e a primeira metade de 1978, chegam os primeiros novos arrendatários, procedentes da região sul e que são assentados em 15 lotes de, aproximadamente, 300 ha cada um, numa gleba pioneira, a área "A" do PAD/DF.

Anteriormente, as terras que formavam essa área estavam improdutivas. O Governo do Distrito Federal procedeu aos trabalhos essenciais de implantação da infra-estrutura básica (tais como, carta de solos, demarcação dos lotes, abertura de estradas de acesso, etc.), além de oferecer o plano de ocupação produtiva: basicamente dever-se-iam produzir cereais (inicialmente arroz e, depois, soja), aproveitando-se tanto

os atrativos de mercado, sobretudo para a comercialização da soja, como a experiência de trabalho de boa parte desses agricultores, que já praticavam esses cultivos em suas áreas de procedência.

Em trabalho anterior⁽¹⁾ onde se lidou com o mesmo universo, procurou-se mostrar em que medida e condições se processava essa ocupação, de caráter eminentemente capitalista, de terras na zona rural do Distrito Federal. Agora, dando continuidade ao que então foi pensado, objetivou-se, através do levantamento e elucidação de certas questões, configurar um quadro geral de aspectos indicativos da autovisão do grupo estudado, que permitisse a identificação de sua condição de classe, através da autopercepção ideologizada de seu papel e posição sociais.

Assim, se naquele trabalho concluiu-se pela condição burguesa do grupo estudado, a meta do presente estudo foi a de verificar se, no plano ideológico, o grupo apresentava uma consciência também burguesa.

Um primeiro problema a ser enfrentado foi o relativo à diferenciação interna do grupo. Apesar de já se ter identificado um caráter mais geral de classe, comum a todos seus integrantes, verificaram-se, também, disparidades internas referentes à magnitude e origem do capital de cada indivíduo. Coexistem capitais de origem comercial, industrial e agrícola, os quais, logicamente, referem-se a experiências de vida distintas de seus detentores. Ainda mais, alguns desses capitais constituíram-se, enquanto tais, em épocas mais ou menos recentes, tanto que alguns dos membros desse grupo começaram a utilizar trabalho assalariado (tomado por nós como indicador fundamental de exploração capitalista), somente após o assentamento no PAD/DF. Diante de tal grau de diferenciação, chegou-se a questionar em que medida se poderiam considerar os ocupantes da área "A" como um grupo produtor ou portador de uma única visão de mundo. No entanto, constatou-se que a situação de classe comum a todos no momento impõe-se e, guardadas as diferenças esperadas devidas à especificidade das estórias de vida, conseguiu-se detectar nos discursos coletados elementos indicadores de uma concepção de mundo comum a todos. O segundo empecilho enfrentado diz respeito às condições objetivas de realização da pesquisa. A exigüidade de recursos e de tempo, tanto de nossa parte quanto dos informantes, impossibilitou um trabalho de campo mais completo⁽²⁾. Em conseqüência, não foi possível a reconstrução, ao nível teórico, da visão de mundo do grupo enquanto uma totalidade. Conseguiu-se, apenas, captar alguns elementos que, ainda

(1) Ver: FIGUEIREDO, Vilma et alii — "A intensificação da agro-empresa no DF" em BRAS ARAÚJO (Coord.), *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

(2) O trabalho de campo foi conduzido pelos autores em novembro de 1978.

assim, são suficientes para consubstanciar uma visão burguesa de mundo. Tais elementos foram agrupados, para efeito de exposição, nos seguintes tópicos:

- 1 — a correspondência entre a autovisão e a realidade;
- 2 — a percepção que o grupo expressa da força de trabalho que utiliza;
- 3 — a percepção e as expectativas que têm do Estado;
- 4 — a percepção que têm do grande capital: como se situam frente a ele.

I — Autovisão

Uma afirmação corrente entre os agricultores entrevistados, todos procedentes de Estados da região sul — Paraná e Rio Grande do Sul —, é a que se refere ao modo anterior de vida e de trabalho como vinculado ou típico de “colônia”. Nesse sentido, e mesmo na medida em que alguns se identificaram como “colonos”, procurou-se esclarecer o que, exatamente, queriam expressar com tal autodesignação. Ademais, é importante ressaltar: a condição de colono foi sempre referida como algo já superado.

A compreensão mais genérica de “colono” que puderam expressar é aquela que o define como alguém que “planta e cuida da lavoura”, que “mora na colônia” e que “possui pouca terra”. Uma explicação pormenorizada e clara foi feita por um dos entrevistados, o Sr. K., a qual permite, inclusive, perceber a razão pela qual vêm a condição de colono como um fato superado por eles. Para o Sr. K., “colônia é uma medida de terra”. Assim, o colono é “um pequeno agricultor com uma ou duas colônias de terra”⁽³⁾; uma colônia significa uma medida de terra; se cria porco ou vaca, não deixa de ser colono. Quem tem área de 100 ha não é colono, é granjeiro. Fazendeiro já é um “SL”⁽⁴⁾.

Outros depoimentos ressaltam que “colono mexe com pouca terra; fazendeiro cria”, ou então que “colono é só quem planta”.

A atividade agrícola, sobretudo a lavoura em pequena escala, parece corresponder à visão dos informantes a respeito da “colônia” e da condição de colono. Aqui, na situação concreta atual, enquanto detentores de lotes com áreas médias ao redor de 300 ha, operando,

(3) Uma colônia de terra, segundo a definição daquele informante, Sr. K., teria 24,8 ha de área.

(4) Alusão a um vizinho que possui cerca de 30.000 ha de terra.

portanto, em escala maior, se não chegam a se sentir “fazendeiros” (5), têm consciência de que não podem mais ser reconhecidos como colonos. Preferem, então, em alguns casos, identificar-se como “granjeiros”. O Sr. K. informou que, ao proceder ao registro de seu lote junto ao INCRA, caracterizou-o como “granja”, embora alguns vizinhos o tenham feito como “fazenda”, o que, segundo sua avaliação, “não é justo”. Com isso, demonstra uma percepção bastante aguda da sua posição atual enquanto produtor rural, fazendo questão de deixar claramente especificado que existem diferenças internas na classe de produtores rurais e que tais diferenças expressam a extensão de terras e o volume de produção de que cada um é detentor. Nesse sentido, afirma ainda que “chácara é menos que uma colônia”. Por contraposição teria para si, então, que granja é mais do que uma colônia. É claro, e o informante faz o destaque, que “chamar a terra de granja, fazenda ou colônia não significa nada em termos do INCRA ou de financiamentos”.

Alguns informantes voltaram a falar nas razões de saída dos locais de procedência (6), reafirmando terem vindo em boa hora, pois estão vendo que a distribuição de lotes rurais em outras áreas do PAD/DF está sujeita a exigências mais severas por parte do Governo do Distrito Federal. Ou seja, está sendo exigida uma disponibilidade bruta de capital bem maior do que a que tiveram que apresentar. Com isso, também para eles, fica claro que o processo de ocupação de terras no Distrito Federal está se tornando cada vez mais excludente. Se em outras áreas do País o preço da terra constitui um filtro eficiente do acesso indiscriminado à propriedade da terra, no DF, onde, em princípio, as terras são públicas e arrendadas a preço simbólico (7), a seleção é feita ao nível do capital já acumulado. Um dos nossos entrevistados afirmou que “para o DF só vem quem tem recursos, os pobres não podem vir”. Outro informante complementa esta idéia afirmando que, nas condições atuais, mais da metade dos arrendatários que se instalaram na área “A” não conseguiria vir ocupar um lote em quaisquer das demais áreas do PAD/DF. Colocações deste tipo os remetem a avaliar efetivamente os novos possíveis arrendatários. Se, por um lado, os chamados granjeiros, que já conseguiram acumular um certo quantum de capital e que estão pretendendo uma expansão de suas áreas de produção, esbarram, no local de procedência (Sul do País), com os limites que o alto custo da terra impõe, aqui o capital já acumulado não é suficiente para patrocinar o assentamento. Aos

(5) “Fazendeiro é quem cria”, ou então, “Fazendeiro tem muita terra, mas muita terra mesmo”.

(6) Esse tema foi tratado com detalhes em pesquisa anterior: ver nota 1.

(7) Conforme cláusula do contrato de arrendamento de terras no DF, no esquema do PAD/DF, devem ser pagos pelos arrendatários cerca de Cr\$ 36,40 o ha/ano, enquanto as terras estiverem sendo ocupadas produtivamente. Fimda essa etapa, cessará o pagamento.

pequenos produtores rurais, com um baixo ou nulo grau de acumulação, é vedada qualquer possibilidade expansionista. A tendência detectada é no sentido de que ocorra o inverso: os pequenos proprietários (os mais pobres) se desfazendo do pouco que possuem. Arrendar terras nas áreas de procedência — Paraná ou Rio Grande do Sul — é mais caro que comprar terras na região centro-oeste. O Sr. K. informou saber que tem vindo muita gente do Sul com interesse real em se fixar no DF, pessoas em condições de comprar outras terras, para as quais seria vantajosa e desejável (e possível) a condição de arrendatário do PAD/DF, mesmo porque “o que está mais interessado em vir para cá é o que tem mais recursos, o grande proprietário, que tem mais de 500 ha e até mesmo 5.000 ha lá no Sul!”.

A idéia de que é preciso muito capital para desenvolver a produção agrícola no PAD/DF se impôs: “tendo dinheiro faz, não tendo não faz”, afirma o Sr. W., para quem isso se justifica concretamente, na medida em que são elevados os custos do preparo do solo. Assim, o agricultor deve dispor de uma certa (e razoável) reserva de capital que lhe permita assumir esse custo, mesmo porque a rede bancária local tem demorado a liberar os montantes de recursos necessários ao custeio da produção (8).

Outro arrendatário explicita que, para obter sucesso enquanto produtor agrícola, não é suficiente “saber de agricultura”, é, também, necessário “ter algumas garantias”. Essas garantias adquirem concreção no montante de máquinas e equipamentos agrícolas de que sejam detentores (“com bastante máquina tombando a terra a gente vence”) e na posse de outros bens móveis e imóveis que possam servir como garantia na obtenção de créditos bancários.

Em decorrência da prática de vida que têm, enquanto grupo social específico, a visão que revelam do processo migratório que vivenciaram é bastante fragmentada. Conseguem explicar a necessidade de saída das áreas de procedência em termos de aberturas de novas frentes de expansão econômica individual. Percebem que essa alternativa está-se tornando cada vez mais difícil de ser seguida, limitando-se aos que já sejam os mais prósperos (os médios e grandes produtores rurais), mas nunca se referem ao processo de proletarianização rural. Citam, por vezes, “parentes pobres” que pretendem trazer para cá como seus assalariados. Justificam-se dizendo que lá eles estão mal de vida, que nada possuem e que, portanto, não têm condições econômicas de ser proprietários ou arrendatários. A responsabilidade por essa situação é debitada, sobretudo, às crises na produção agrícola ocasionadas

(8) A questão dos financiamentos bancários será vista, mais pormenorizadamente, em outro item deste trabalho.

por perturbações climáticas ocorridas nos últimos anos: excesso de chuvas, seca prolongada, geada, etc. As questões eminentes da ordem sócio-econômica jamais são referidas; forças incontroláveis da natureza regem os destinos e a acumulação dos agricultores. Dessa linha de raciocínio deriva a justificativa que apresentam para a necessidade de assalariarem parentes pobres, o que ainda reforçam ao criticarem tão severamente a força de trabalho disponível no Distrito Federal; o trabalho dos "goianos" é sempre referido como insatisfatório, como se verá adiante.

Existe, também, uma forte predisposição em justificarem o maior ou o menor sucesso econômico, ou seja, a posse de maior ou menor quantidade de valor de bens móveis e imóveis, como resultado do maior ou menor esforço dispendido por cada um e por seus respectivos familiares diretos (mulher e filhos) no processo de trabalho, bem como da maior ou menor capacidade de poupança e de sacrifício de consumo de que sejam capazes. Assim, um dos informantes criticou outro pelos gastos excessivos do mesmo e de seus familiares com fumo.

Outro fator privilegiado no discurso de alguns dos informantes diz respeito ao comportamento ético que assumiram frente a determinadas oportunidades de enriquecimento ilícito. Foi descrita como prática comum no local de moradia anterior de alguns informantes o que chamam de "xuxo". Conforme explicaram, o "xuxo" consiste em tomar dinheiro emprestado de bancos que operam com crédito rural (quase sempre a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil) e não efetivar a aplicação do mesmo na produção (no total ou em parte). Na época da colheita, recorrem ao seguro rural (PROAGRO). Em todas as etapas da negociação, contam com a conivência da fiscalização. Conseguem, dessa forma, acumular quantias consideráveis de dinheiro que, por sua vez, é utilizado ou na compra de terras ou em consumo supérfluo⁽⁹⁾. Uma variação desse tipo de "xuxo" consiste em conseguir que o seguro rural declare perdida toda a safra, que é então vendida, em nome de terceiros, para certos atravessadores.

Inúmeras são as formas de burlar o sistema oficial de crédito, segundo nossos informantes. Formas ilegais, em relação às quais manifestaram o mais veemente repúdio. Conforme nos disse o Sr. K., ele poderia estar rico há muito tempo se tivesse querido recorrer ao "xuxo": oportunidades e facilidades não faltaram. De qualquer forma, não é esta uma maneira assumida publicamente como recorrível para

(9) Foram bastante enfatizados os gastos excessivos que certos indivíduos que recorrem ao "xuxo" efetivam nos cabarés da cidade.

fins de enriquecimento. Aliás, o mesmo informante conta que quase todos os seus vizinhos, no Sul do País, que recorreram ao "xuxo", estão enfrentando grandes dificuldades com os bancos ("... não se pode adiar para sempre o pagamento dos financiamentos..."), exceto os grandes proprietários, que sempre têm a possibilidade de obter novos empréstimos e, mesmo, de saldar os débitos mais urgentes.

Para quase todos os entrevistados, a etapa atual de vida e trabalho enquanto arrendatários de lotes na área "A" do PAD/DF deverá ser a base, ou sede, de outros empreendimentos agropecuários que pensam desenvolver. Nesse caso podem ser incluídos todos aqueles que aqui não sejam absenteístas, com uma única exceção. A exceção é constituída pelo arrendatário que dispõe de menores recursos de capital, aquele que toca sua terra apenas com o trabalho próprio e da família e que não pretende adquirir outras terras. Para a maioria, adquirir outras terras é altamente desejável. Alguns já o fizeram e ainda pretendem adquirir mais. Nessas terras, situadas nos Estados de Goiás e da Bahia, deverão proceder à exploração de pecuária extensiva.

Em relação ao PAD/DF, é aspiração de alguns e já fato consumado para outros, a obtenção de outros lotes em nome de parentes próximos (ou pai, ou filho, ou irmão, ou genro etc.) em outras áreas do programa. Fortalece esse anseio uma maior flexibilidade da programação oficial para as áreas, que liberou algumas das obrigatoriedades de explorações específicas (ou pecuária ou lavoura). Essa perspectiva tem se constituído em um forte incentivo à intenção de se dedicarem, no futuro, ao desenvolvimento de projetos pecuários.

A curto prazo, é intenção generalizada dos arrendatários proceder a uma diversificação de cultivos, não estando afastada a possibilidade de virem a formar pastos e dedicarem-se à exploração pecuária, a princípio, em pequena escala. O que prevalecerá, conforme assinalou um dos informantes, será fazerem o que for mais lucrativo, "... o que der mais dinheiro", ou como disse um outro: — "Vamos pendê pro que rendê mais". De qualquer maneira, está presente a idéia de que a pecuária dá menos trabalho e é mais rentável do que a lavoura, além de ser a atividade típica de um fazendeiro.

O tipo de lavoura que estão querendo desenvolver não deixa, também, de ter características próprias, sempre tendo em vista cumprir com o preceito — neste contexto social, plenamente assumido — de dedicarem-se às tarefas que propiciem o maior retorno possível

em termos de retribuição financeira. É geral a intenção de especializarem-se na produção de sementes de soja, de trigo e de arroz, que sempre alcançam melhores preços no mercado do que se fossem destinados para o consumo. Está claro que a produção de sementes exige dos produtores cuidados mais estritos com a lavoura, em termos de tratamentos culturais, colheita e beneficiamento. Mas, os resultados financeiros finais, todos concordam, são compensadores.

Na ocasião da pesquisa de campo, dois problemas preocupavam nossos informantes de maneira geral: um dizia respeito à demora na liberação dos financiamentos de custeio, e outro apontava para a possibilidade da ocorrência de "veranico" prolongado em janeiro/fevereiro, o que prejudicaria a safra esperada. As estiagens prolongadas na região podem e têm prejudicado a lavoura. Em safra anterior, a ocorrência de veranico nos meses de janeiro e fevereiro provocou uma grande queda na produção de arroz e soja. A solução estaria na universalização da irrigação. Contudo, informam os técnicos e órgãos encarregados que os recursos hídricos disponíveis nessa área são insuficientes para atender ao total da demanda. A construção de (pequenas) barragens na área, embora amenize, não constitui a solução final. Com a inauguração de barragem recém-construída na área, apenas vai ser possível irrigar cerca de 20 ha de terra em cada lote⁽¹⁰⁾. Com um sistema eficiente de irrigação, afirmam os arrendatários, é possível obter até três safras por ano de arroz, soja e trigo.

Embora estejam esperando melhores e maiores safras e de até revelarem apreensões com a necessidade de virem a contratar assalariados, nenhum informante se mostrou preocupado com a aquisição de novas máquinas e implementos agrícolas. Por um lado, ficou patente que esse tipo de aquisição, para eles, só é viável na medida em que tenham acesso às linhas de crédito bancário especialmente existentes para tanto. Por outro lado, estão conscientes de que recursos próprios são melhor empregados na compra de novas terras. Para os 20 ha de terra que passarão a irrigar, estão contando com um financiamento que lhes permitirá a compra de todo o equipamento necessário. Ainda mais, como assinalou o Sr. W., "... cabe ao governo tomar providências: no ano passado um trator custava 160 mil cruzeiros, este ano custa 260 mil cruzeiros; assim, por exemplo, a renda que uma ceifadeira dá na safra é inferior ao juro do capital"! Outro informante afirma que é sempre preferível pagar juros bancários para se obter os meios

(10) Apenas um arrendatário, cujo projeto inicial previa a produção de batata inglesa, tem a totalidade de seu lote irrigado.

necessários para tocar a produção e utilizar os recursos próprios para comprar mais terra, que aliás é o que garante o próprio acesso às diversas linhas de crédito.

II — Visão da força de trabalho

Os ocupantes da área "A" do PAD/DF utilizam, em proporções variáveis, força de trabalho assalariada e familiar, sendo que esta última vem sendo progressivamente substituída pela primeira. Devido, justamente, ao fato de a substituição não se ter completado ainda, a compreensão e a valorização, tanto do trabalho assalariado como do familiar, são ambíguas.

Na primeira aproximação do problema, o discurso dos informantes tende a ocultar ou a minimizar a utilização de trabalho assalariado, privilegiando ideologicamente o trabalho familiar. Neste nível do discurso são comuns expressões do tipo: — "Quem toca esta terra sou eu e a minha família", ou — "Não preciso de peões" etc. Ainda nesse nível o trabalho das mulheres é valorizado positivamente. Segundo alguns informantes, — "Minha mulher vale por 20 goianos", ou então, — "Minha mulher dirige o trator". Nesse momento, o trabalho assalariado não aparece no discurso, e mais, é explicitamente negado. Um informante, logo após ter assegurado que no lote só trabalhavam ele e os filhos, disse que havia contratado "alguns goianos para colherem o arroz do brejo".

Em um segundo momento do discurso, quando questionados mais insistentemente, não sendo possível mais a negação pura e simples do trabalho assalariado, este é admitido e simultaneamente encoberto de forma mais sutil. Neste nível, o assalariamento é visto como uma necessidade, vários admitem que precisarão contratar ou "ajustar" mais 1, 2 ou 3 empregados. No entanto, o escamoteamento da relação patrão-empregado, busguês-operário, expressa-se, principalmente, através de duas formas. Em primeiro lugar, na questão do trabalho comum. O raciocínio expresso no discurso, neste caso, é mais ou menos o seguinte: — "É verdade, tenho assalariados, mas eu trabalho tanto quanto eles. No trabalho somos iguais". Nesta linha, é sintomático que, ante perguntas relacionadas a trabalho assalariado, as primeiras respostas quase sempre sejam do gênero: — "Para o lote são necessárias 4 pessoas"; "Precisa 5 para os três lotes"; "Em 4 pessoas damos conta de tudo". Somente após alguma insistência, revela-se quantas dessas "pessoas" são assalariados. A primeira forma encontrada de escamoteamento ideológico da relação burguês-operário se dá no plano

abstrato da humanidade comum. Antes que patrão ou peão, ambos são pessoas iguais que trabalham igualmente na terra.

A segunda fórmula acobertadora da relação burguês-operário que se manifesta claramente nos discursos analisados é o apelo ao parentesco. Foram frequentes racionalizações do tipo: — “Daqui a 2 ou 3 anos a gente compra mais terra e bota gente mais pobre ou fazenda de gado. A mulher tem parentes pobres (no Sul), sem terra, e que não têm onde se escorar”. Ou então, revelando que o processo já se iniciou: — “Na última (colheita) veio um genro”.

De modo inequívoco, foi possível saber que o assalariamento de parentes pobres é uma prática comum entre os entrevistados. A dificuldade que têm para situar as relações de trabalho que, dessa forma, são estabelecidas no plano concreto de diferenciação entre classes sociais, é traduzida por uma escamoteação da relação burguês-operário ou patrão-assalariado, mesmo porque estão impregnadas pelas relações de parentesco que lhes deram origem e servem de justificativa. Isso não significa que os entrevistados estejam conscientemente escamoteando a relação burguês-operário. Neste segundo nível do discurso, admitem abertamente a existência de assalariados. O que ocorre é que, mesmo admitida, a relação de assalariamento ocupa um lugar bastante secundário nas suas consciências. Há assalariados, mas da mesma maneira que, antes de se contraporem enquanto patrão x peões, são “pessoas” iguais no trabalho; nessa etapa do discurso, a condição de parentes, que se ajudam mutuamente, prevalece.

Na medida em que se penetra neste segundo nível do discurso, onde o trabalho assalariado já é admitido, se bem que com os mecanismos de escamoteação já apontados, o trabalho familiar vai sendo aos poucos valorado negativamente. A mulher vai sendo circunscrita ao âmbito do lar e se esperam cursos superiores dos filhos. Neste sentido, é exemplar a declaração de um informante explicando que a mulher de seu vizinho trabalhava com o trator para se exibir, pois, na realidade, eles não precisavam mais disso.

Um outro aspecto a ser considerado da percepção que o grupo entrevistado revelou ter da força de trabalho e das relações que lhes dão forma concreta e que não se pode desvincular do entendimento que revelaram ter do trabalho assalariado *versus* trabalho familiar diz respeito à valoração que fazem da força de trabalho local, ou seja, dos trabalhadores rurais sem terra da região, os “goianos”. Nesse ponto, houve quase unanimidade na atribuição de defeitos aos “goianos” enquanto trabalhadores. Segundo os informantes, eles bebem

pinga, são preguiçosos e trabalham apenas o suficiente para viver. São comparados, desfavoravelmente, não só com os trabalhadores sulistas, mas, mesmo, com os mineiros (!). Este ponto não foi muito explorado nos discursos coletados, possibilitando apenas levantar a hipótese de que a visão negativa do goiano deve derivar desses fatores: o fato de serem os antigos ocupantes da terra, e, principalmente, da inexistência de uma tradição de assalariamento entre eles.

A diferenciação aqui colocada nos níveis de aproximação ao problema da força de trabalho, passando os discursos da negação à aceitação acobertada do trabalho assalariado através dos mecanismos colocados, pode parecer estranha. É importante lembrar no entanto, que alguns dos informantes são bastante jovens como capitalistas, sendo que um deles ainda utiliza exclusivamente trabalho familiar. São burgueses demasiado recentes para aceitarem naturalmente a relação burguês-operário de forma pura. Principalmente, não encontra lugar facilmente em suas consciências a autopercepção enquanto patrão. Nas palavras de uma informante: — “A gente fica sem jeito, não sabe como tratar os peões porque nunca tivemos peões antes”.

III — A visão do Estado

Além das alusões mais genéricas ao “Governo” ou à “Justiça”, a percepção dos entrevistados se coloca em seus discursos quando se referem explicitamente às agências governamentais que mais diretamente afetam suas atividades enquanto produtores agrícolas. Daí as referências constantes a instituições tais como o PROAGRO, FUNRURAL, CFP, Ministério da Agricultura, INCRA e, principalmente, Banco do Brasil e Banco Regional de Brasília.

O privilegiamento, em nível ideológico, das agências governamentais de crédito não é de se estranhar, dado o papel de relevo que assume o financiamento bancário entre esses produtores rurais. Basta dizer que, mesmo no caso dos agricultores “mais fortes”, é comum a expectativa de um montante de lucro oriundo do crédito subsidiado. No caso dos “mais fracos” é implicitamente admitido que a prosperidade só foi alcançada graças ao crédito. Como disseram nossos informantes: — “Mesmo tendo recursos próprios, é sempre mais conveniente pegar dinheiro no banco para o custeio”. E completam: — “Se sobrar um milhão nessa safra, compro mais terra e tiro mais crédito para custeio. É melhor comprar mais terra e pagar mais juros”.

O crédito aparece, portanto, no discurso dos ocupantes da área “A” do PAD/DF como essencial a suas atividades agro-empresariais.

A primeira percepção do Estado é, então, enquanto fornecedor desse crédito tão necessário e, dessa maneira, aparecendo, nos discursos, através da citação dos órgãos ligados ao crédito agrícola: CFP, Banco do Brasil e Banco Regional de Brasília.

A CFP afeta os arrendatários somente na medida em que o crédito de custeio é calculado sobre o preço mínimo, pois todos vendem normalmente seus produtos acima do preço mínimo. (— “O preço mínimo castiga muito o orçamento do custeio”). Por essa razão, de forma geral, os preços mínimos fixados pela CFP são considerados baixos. As referências à CFP vão desde: “O preço mínimo não dá lucro” à estória contada por um informante, sobre a vinda de um técnico da CFP à área “A” para coletar subsídios para o cálculo do preço mínimo regional dos produtos aí produzidos, ao qual foi perguntado como tinha a coragem de se apresentar ali sem guarda-costas, dado o desagrado com que os agricultores recebem as fixações governamentais de preços mínimos.

Em relação às agências que fornecem diretamente crédito, foi comum ao discurso de todos os informantes a comparação entre o Banco Regional de Brasília, que lhes fornece o crédito atualmente, e o Banco do Brasil, que era fornecedor nos lugares de procedência. A principal queixa contra o BRB refere-se ao crédito de custeio, que aqui é fornecido após a preparação da terra, sendo que no Sul era antes. Este procedimento obriga-os a empregar recursos próprios com adubo e calcário. São constantes, também, as queixas referentes à morosidade dos processos de concessão de crédito do BRB em relação ao BB. Aparentemente, é geral a crença de que o Estado é obrigado a promover-lhes a prosperidade, através do sistema de crédito, seguro por perda de produção, preços mínimos altos, etc. Também está presente a consciência das irregularidades, fraudes, etc. a que toda a máquina de assistência estatal se presta (a estória do “xuxo” já citada). No entanto, se o “xuxo” é formalmente condenado e inclusive apontado como causa da ruína, admite-se, simultaneamente, que a prática foi (é) geral e, conseqüentemente, que nem todos são punidos.

Essa expectativa de uma atitude paternalista por parte do Estado manifesta-se, também, nas referências a outras agências governamentais. — “Se der muita praga, é claro que o Ministério da Agricultura dá uma mão”, ou então: — “Para resolver o problema de financiamento, só o Ministério da Agricultura”.

Há apenas uma referência à possibilidade de o Estado ir diretamente contra seus interesses. Um dos informantes declarou que, por “enquanto, não pretende comprar mais terra, pois não tem condi-

ções de ocupá-la, e caso a compre sem ocupá-la, — o INCRA toma”. Não é mera coincidência que este informante é, justamente, o único arrendatário que não atingiu um grau de acumulação suficiente que lhe permitisse empregar assalariados.

As agências governamentais ligadas à agricultura são consideradas, portanto, como obrigadas a servir os interesses dos arrendatários. No entanto, a visão do Estado revelada nos discursos é fragmentária. Não só a “Justiça” é vista como algo totalmente independente da política agrária, como também, dentro da própria política econômica destinada à agricultura, as diversas agências governamentais são vistas como totalmente independentes. Assim, no discurso de um informante, já citado, o Ministério da Agricultura deveria corrigir as falhas do sistema de crédito agrícola como se ambos fossem completamente autônomos.

Se, devido à fragmentação existente, não é possível afirmar que os arrendatários da área “A” consideram o Estado, enquanto tal, instrumento de seus interesses, os discursos analisados mostram de forma clara que as agências governamentais ligadas à atividade agrícola são consideradas instrumentos de satisfação de seus interesses. Trata-se de uma manifestação de lucidez de sua consciência, porquanto a realidade não os têm desmentido nos últimos anos.

IV — A visão do grande capital

Os traços gerais da exploração agrícola na área “A” do PAD/DF permitem identificá-la como de tipo capitalista. Os lotes estão organizados em agroempresas que, embora se distanciem dos modelos de “colônia”, ainda não atingiram uma magnitude tal que permita identificá-los com o grande capital.

A agroempresa típica do PAD/DF, área “A”, é, portanto, ainda, de porte pequeno para médio. Alguns destes empresários estão apenas se iniciando neste papel, sendo claros certos comportamentos que assumem e que possibilitam enquadrá-los, em certos casos, como em estágio de transição.

Foi visto, em item anterior, como os informantes estão encarando o trabalho assalariado. Vejamos, agora, como encaram o grande capital: em dois momentos dos discursos esta relação foi detectada. Em um deles, a relação que, enquanto colonos — e, portanto, no local de procedência —, mantinham com um grande frigorífico (Sadia); em outro, a relação estabelecida, atualmente, com um fazendeiro vizinho, grande proprietário (S.L.).

No primeiro caso, apareceu de forma bastante clara a oposição de interesses com o grande capital. Um informante colocou a questão de forma explícita: — “A Sadia “integra” um colono de cada vez e vai pagando bem o porco; quando “integra” todos os colonos de uma região, aí baixa o preço. Hoje, a empresa paga pelo quilo de porco o mesmo que pagava há dois anos, mas vende a ração e os remédios por preço três ou quatro vezes mais alto”.

Pode-se perceber, do trecho citado, a consciência clara do perigo que o grande capital representa na sujeição do colono. Primeiro, oferece vantagem e “integra”, depois, explora. Em passagem posterior, o mesmo informante fala que nunca mais vai concordar em ser “integrado”, e, mesmo se os colonos (produtores de porco “integrados” pela Sadia) se unissem e lutassem pelos seus interesses, ainda seriam explorados.

Contudo, a memória dos efeitos da “integração” não está tão viva para outros informantes. Alguns revelaram-se dispostos a produzir determinados produtos em esquemas similares, como plantar cevada para a Skol ou Brahma, ou cana-de-açúcar para suprir a usina cuja instalação vem sendo planejada.

O vizinho referido é a manifestação concreta e imediata do grande capital rural. No entanto, ainda não é assim percebido. Os ocupantes da área “A” ainda não definiram a sua atitude para com ele. Conseqüentemente, a imagem que têm é ambígua. Por um lado, o S.L. tem os mesmos interesses que eles, tendo, inclusive, se associado à cooperativa que eles no PAD/DF, criaram. Na palavra dos informantes: — “Ele quis entrar na cooperativa porque quanto mais movimento, melhor para ele”, ou: — “É um bom exemplo para nós”, ou ainda, — “Ele tem interesse na cooperativa porque facilita a colocação de sua produção”, ou — “Ele é igual a nós, só que lida com mais coisas”. Este mesmo “mais coisas” é que causa, por outro lado, inquietação em alguns informantes. — “Ele não precisa de nada. Tem tudo”. Foi também dito que o SL tem mais acesso que eles às autoridades governamentais e, dadas as expectativas que têm em relação ao papel que o Estado cumpre enquanto agência de financiamento e patrocínio das atividades agrícolas, isso traduz uma vantagem importante que ainda não lhes está acessível.

A consciência da oposição de interesses com o grande capital, quando referido aos locais de procedência e, portanto, distantes no tempo e no espaço, ainda está viva, o que não ocorre em relação ao grande capital local. Isso pode ser explicado por dois fatores. Em

primeiro lugar, a posição da maioria dos arrendatários da área "A" era mais vulnerável às pressões do grande capital nos locais de procedência. Em segundo lugar, a oposição de interesses não se manifestou ainda no DF.

Considerações finais

A visão burguesa que o estudo pretende revelar refere-se a empresários rurais recém constituídos como tais pela via de uma ação clara e definida do governo do DF. Essa afirmação é necessária menos para destacar a importância do Estado na criação e/ou fortalecimento de classes sociais ou frações e mais para sublinhar a recenticidade do empresariado em pauta. E ainda: os membros desse empresariado que assim se constitui no DF não se caracterizavam como empresários capitalistas em sua experiência anterior na "colônia", no Sul. A experiência na "colônia" criou condições de acumulação que possibilitaram a escolha para o PAD/DF e, só aqui, o desenvolvimento da atividade empresarial capitalista se torna possível.

A curta vivência de empresário capitalista e o fato de essa possibilidade ter sido construída pelo Governo são responsáveis pelas ambigüidades nas percepções desses sujeitos econômico-sociais que são os empresários do PAD/DF. Essas ambigüidades, porém, não dissimulam sua orientação para o lucro e nem o projeto de ampliação dos negócios agropecuários. Para a realização dessa orientação e projeto contam com o apoio do Estado, que, se bem que percebido fragmentariamente, é visto como um associado a tais interesses.

Da mesma maneira, o grande capital não é percebido como uma ameaça. Os riscos da "integração", enfaticamente apontados, têm como referência o vivido no Sul e, no DF, o grande capital aparece mais como um parceiro a facilitar a realização dos projetos de ampliação dos negócios.

O dilema e ambigüidade maiores aparecem na assunção do assalariamento. Se é verdade que os arrendatários do PAD/DF assalariam mão-de-obra local temporariamente e assalariam parentes de modo fixo, também eles trabalham diretamente no seu empreendimento. Daí que, no discurso, se percebem como iguais porque pessoas ou porque da mesma família que seus assalariados. A desvalorização, porém, do trabalho da esposa e dos filhos e o delineamento de projetos independentes para eles apontam para a purificação da visão burguesa de mundo que não será — e nem precisa ser — monolítica e não contraditória.